

Agronegócios

Marfrig registrou prejuízo menor no 4º trimestre

Balanço

Kauanna Navarro e
Luiz Henrique Mendes
De São Paulo

O aumento de capacidade de abate de bovinos nos últimos meses de 2017 surtiu efeito e a Marfrig Global Foods reduziu o prejuízo para R\$ 7,5 milhões no quarto trimestre. No mesmo período de 2016, a companhia havia amargado uma perda de R\$ 270 milhões.

A expansão da área de bovinos

fez a receita líquida da Marfrig crescer 8% no quarto trimestre, para R\$ 5,3 bilhões. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado totalizou R\$ 493 milhões, aumento de 24%. A margem Ebitda também melhorou na comparação anual, de 8,1% a 9,3%.

Os resultados, melhores que o esperado por analistas, acontecem em um momento no qual a Marfrig intensifica os esforços para reduzir o endividamento, o que poderá tornar a empresa estrutu-

ralmente lucrativa — a Marfrig está há anos no vermelho e espera reverter esse quadro em 2018.

Em entrevista ontem ao Valor, o vice-presidente de finanças e relações com investidores da Marfrig, Eduardo Miron, ressaltou que a empresa pretende vender uma fatia minoritária da subsidiária americana Keystone ainda neste semestre.

Mas o IPO da Keystone na bolsa de Nova York, que até então era visto como a principal opção, não é a única alternativa. Segundo o executivo, a Marfrig pode vender uma fatia de

Keystone em uma "colocação privada". Miron não quis responder se já há negociações em curso. "Pensamos que o IPO é a melhor ferramenta, mas não queremos limitar a conversa à questão do IPO", afirmou.

A venda de uma fatia minoritária na Keystone, que é especializada no fornecimento de carnes para grandes redes de restaurantes e responde por cerca de 40% das vendas da Marfrig, é essencial nos planos para reduzir o índice de alavancagem (relação entre dívida líquida e Ebitda em doze meses) para

2,5 vezes até o fim deste ano. Em dezembro, o índice estava em 4,5 vezes. Segundo Miron, atingir a meta para a alavancagem é um objetivo "inegociável" da companhia.

O executivo também comemorou o resultado da agressiva expansão da capacidade de abate da empresa. Com a abertura de cinco frigoríficos em 2017, a Marfrig elevou a capacidade em mais de 70%.

A expansão, que levantou preocupação entre analistas pela maior necessidade de capital de giro, já apresentou resultados positivos,

disse. A Marfrig conseguiu fluxo de caixa operacional positivo de R\$ 88 milhões no quarto trimestre. O fluxo de caixa livre ainda ficou negativo em R\$ 599 milhões, mas Miron disse que isso reflete efeitos não recorrentes, como a adesão ao Refis e o maior ritmo dos investimentos.

Em 2017, a companhia investiu R\$ 824 milhões para suportar a expansão da Keystone nos EUA e na Ásia e a operação de bovinos no Brasil. Neste ano, o investimento voltará à casa dos R\$ 500 milhões, afirmou, o executivo.

Tributação Foi anulada, em 1ª instância, última etapa de operação entre empresa e Bertin

Decisão da Justiça em caso de IR pode ter reflexo no quadro societário da JBS

Zínia Baeta e
Luiz Henrique Mendes
De São Paulo

Uma decisão da Justiça Federal de São Paulo, que tem como pano de fundo a cobrança de Imposto de Renda (IR) sobre o negócio que resultou na união entre o grupo Bertin e a JBS, poderá ter reflexos no atual quadro societário da maior empresa privada não financeira do Brasil, reduzindo a participação dos irmãos Wesley e Joesley Batista.

O Judiciário, ao julgar uma ação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, anulou a última etapa da longa operação estabelecida entre as empresas a partir de 2009. O efeito prático do entendimento será a devolução à Tinto Holding (que pertence aos Bertin) de 86% das cotas do Bertin Fundo de Investimentos em Participações Fip (atual Pinheiros Fundos de Investimentos) que haviam sido transferidos para a Blessed, empresa localizada em Delaware (EUA).

O objetivo do pedido à Justiça é, ao desfazer parte do negócio, assegurar o pagamento por meio dessas cotas, de cerca de R\$ 4 bilhões de IR cobrados pela Receita Federal e hoje em discussão no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). O Fisco entende que as várias operações montadas para viabilizar a associação entre as empresas são fraudulentas e tiveram a única finalidade de impedir a tributação do ganho de capital gerado pelo negócio.

A titular da Delegacia de Maiores Contribuintes (Demac) da Receita Federal em São Paulo, Márcia Cecília Meng, afirma que a Tinto Holding (na época controladora do grupo Bertin), poucos dias antes de fechar a transação com a JBS, criou o Fundo Bertin para o qual foram transferidas todas as cotas do frigorífico Bertin. Para ela, trata-se de um fundo de fachada cuja finalidade foi adiar o pagamento do IR sobre o ganho de capital e que só seria recolhido se ocorresse a vendas das cotas. "A estrutura foi formada como se fosse um fundo, mas não era, e este tinha um único investidor", afirma ela.



Área de desossa de unidade da JBS, em Lins (SP), que pertencia ao grupo Bertin; se não for revertida, decisão judicial pode reduzir fatia dos Batista na empresa

Segundo Márcia, com a transferência das cotas para uma empresa estrangeira, o IR sobre o ganho de capital não poderia ser cobrado, pois a legislação brasileira libera não residentes da tributação sobre ganho de capital. "O ativo foi tirado do Brasil para a blindagem patrimonial e proteção de uma eventual execução fiscal", afirma ela. De acordo com a delegada, foi a partir dessa percepção que a Procuradoria da Fazenda buscou a Justiça para anular a transferência das cotas para a empresa estrangeira, que pertenceria aos irmãos Batista.

O procurador da Fazenda Nacional e um dos responsáveis pelo processo na 1ª Vara Federal Cível de São Paulo, Leonardo Curty, afirma que a transferência da propriedade das cotas da Tinto Holding à empresa no exterior teve repercussão direta sobre a possibilidade de recuperação do crédito tributário no Brasil. "Passando a propriedade para uma

empresa no exterior tirou-se a cobrança do alcance da Receita", afirma. Além disso, ele acrescenta ser clara a fraude nessa situação, pois o valor envolvendo a transação, dentre outros pontos, foi irrisório.

Ao contestarem o processo, as partes envolvidas alegaram, dentre outras questões, que a PGFN não poderia postular a anulação do negócio jurídico, uma vez que este estaria na seara cível e não tributária. Também apontaram a incompetência do juízo federal para avaliar a disputa, pontos estes que foram desconsiderados pelo magistrado.

Por se tratar de uma discussão ainda em primeira instância, as partes podem recorrer ao Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região, ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e eventualmente ao Supremo Tribunal Federal (STF). Paralelamente a esse processo, há a discussão da cobrança de Imposto de Renda no Carf. Em uma decisão de

turna do órgão, a Tinto Holding perdeu a disputa, mas ela ainda poderá recorrer dentro do próprio órgão ou mesmo ir para o Judiciário.

Sócios da holding J&F Investimentos, Joesley e Wesley Batista ainda têm 40,4% da JBS, mas essa fatia poderá ser reduzida drasticamente se, ao fim da tramitação do processo, a decisão da 1ª Vara Federal Cível de São Paulo for mantida.

Com a anulação do negócio entre Tinto e Blessed, os Bertin voltaram a deter cotas que representam participação indireta na JBS. Quando vendeu em 2009 o frigorífico Bertin, que enfrentava sérias dificuldades financeiras, os Bertin receberam 680 milhões de ações da JBS. Posteriormente, a participação dos Bertin foi integrada em um aumento de capital para a FB Participações, controladora direta da JBS. Pela constituição inicial, os Batista tinham 51% da controladora da JBS e os Bertin, 48%.

Em 2010, os Bertin transferiram a maior parte de sua participação — 86% da fatia que detinham na FB Participações — para a Blessed. Agora, se esses 86% voltarem aos Bertin, a fatia dos Batista na JBS cairá a 25%. A suspeita, reforçada pelas investigações da Demac, é que a família Batista já era dona da Blessed. Em 2009, o J.P. Morgan, que era o custodiante da Blessed, recebeu informações sobre a estrutura da Blessed. Nessa estrutura, a Lunsville Internacional constava como administradora da Blessed. A Lunsville era detida pelo patriarca dos Batista (José Batista Sobrinho) e pelos seis filhos.

Em 2010, a Blessed foi doada para um trust nas Bahamas ("Gaal Trust"). Esse trust tinha como "protectors" Demilton Castro e Florivaldo Oliveira. Funcionários de confiança dos Batista, os dois integram o grupo de sete pessoas do grupo J&F que fizeram delação. Procurada, a J&F informou não ser parte no processo. Blessed e Bertin não comentaram a decisão.

Em 2010, a Blessed foi doada para um trust nas Bahamas ("Gaal Trust"). Esse trust tinha como "protectors" Demilton Castro e Florivaldo Oliveira. Funcionários de confiança dos Batista, os dois integram o grupo de sete pessoas do grupo J&F que fizeram delação. Procurada, a J&F informou não ser parte no processo. Blessed e Bertin não comentaram a decisão.

Em 2010, a Blessed foi doada para um trust nas Bahamas ("Gaal Trust"). Esse trust tinha como "protectors" Demilton Castro e Florivaldo Oliveira. Funcionários de confiança dos Batista, os dois integram o grupo de sete pessoas do grupo J&F que fizeram delação. Procurada, a J&F informou não ser parte no processo. Blessed e Bertin não comentaram a decisão.

Em 2010, a Blessed foi doada para um trust nas Bahamas ("Gaal Trust"). Esse trust tinha como "protectors" Demilton Castro e Florivaldo Oliveira. Funcionários de confiança dos Batista, os dois integram o grupo de sete pessoas do grupo J&F que fizeram delação. Procurada, a J&F informou não ser parte no processo. Blessed e Bertin não comentaram a decisão.

Com ajuda do clima, Terra Santa volta ao azul

Grãos

De São Paulo

A boa produtividade da safra 2016/17 de grãos impulsionou os negócios da Terra Santa (ex-Vanguarda), uma das maiores empresas dedicadas à produção de soja, milho e algodão do país. No ano passado, a companhia registrou lucro líquido de R\$ 7,4 milhões, após prejuízo líquido de R\$ 152,4 milhões em 2016. "Houve uma reestruturação e começamos a observar uma melhora operacional", disse Cristiano Soares Rodrigues, diretor de relações com investidores.

Mas o clima também contribuiu. Com condições favoráveis, a produtividade média das lavouras de soja da companhia chegou a 60 sacas de 60 quilos por hectare em 2016/17, 6,7% acima da meta — na média, a Terra Santa negociou a safra a US\$ 10,78 o bushel. O algodão rendeu 267,6 arrobas por hectare, a 74,47 centavos de dólar a libra-peso, e o milho chegou a 115,2 sacos por hectare, 2,9% abaixo da meta da empresa.

No quarto trimestre do ano passado, a Terra Santa obteve lucro líquido de R\$ 27 milhões, após prejuízo líquido de R\$ 4,5 milhões do mesmo período de 2016. Os dados do ano passado foram reavaliados, após auditoria da KPMG entender que o valor de hedge accounting lançado nos balanços anteriores foram ligeiramente menores que o correto. "Vale destacar que 2017 ainda foi impactado pela venda de algodão de baixa qualidade da safra 2015/16", lembrou Arlindo Moura, presidente da Terra Santa.

A receita líquida do quarto trimestre de 2017 ficou em R\$ 216,7 milhões, avanço de 42,3% em relação ao montante de um ano antes. Em 2017, somou R\$ 796,3 milhões, redução de 2,9% ante 2016. Já a geração de caixa operacional foi de R\$ 22,1 milhões no quarto trimestre, acima dos R\$ 11,7 milhões de igual intervalo de 2016, e de R\$ 14,4 milhões em todo o ano passado, menos que no ano anterior (R\$ 69 milhões). A geração de caixa foi impactada pela postergação de pagamentos, negociada com fornecedores na safra 2015/16, para o primeiro trimestre de 2017. (KV)

Mais sobre grãos à página B11

valor.com.br

Ambiente

Adiada votação do PL da cana na Amazônia
Com presença insuficiente de parlamentares para votações importantes, o Senado encerrou sua sessão deliberativa de ontem sem votar o controverso projeto que libera o cultivo de cana na área da Amazônia Legal.

valor.com.br/15412707

Pátria negocia compra de distribuidora de insumos do PR

Investimentos

Bettina Barros e Fernando Lopes
De São Paulo

O Pátria Investimentos mantém negociações para adquirir o controle do Grupo Pitangueiras, do Paraná. Se confirmado, será o primeiro negócio da gestora no segmento de comercialização e distribuição de insumos agrícolas no país. Segundo o Valor apurou, as tratativas estão na reta final e a conclusão da transação deverá ser anunciada logo.

Com faturamento anual de

aproximadamente R\$ 250 milhões, o Pitangueiras foi criado em 1990 e atua exclusivamente no Paraná. Além de ter sede na capital do Estado, tem oito escritórios regionais e 11 unidades de distribuição e vendas nas regiões de Curitiba e Campos Gerais. É também um dos principais revendedores de produtos da Bayer no mercado paranaense.

Procurado, o Pátria afirmou, por meio de sua assessoria de imprensa, que não comentaria a informação. O Grupo Pitangueiras, por sua vez, não respondeu ao pedido de entrevista do jornal.

Associado ou não ao recebimento de grãos, o segmento de distribuição de insumos tem sido um dos mais cobichados do agronegócio brasileiro por investidores. Fragmentado e dominado por grupos locais e regionais — e ainda familiares, na sua maioria —, os canais de distribuição tornaram-se alvo de fundos dispostos a apostar no setor nos últimos anos. Um deles, o Aqua Capital, já realizou aportes na Agro100, de Londrina, e na Rural Brasil, com lojas espalhadas por Goiás, Mato Grosso e sul do Pará. No agronegócio, o Pátria já de-

tém o controle acionário da Agrichem (de fertilizantes de alta concentração), da Frooty (de açai) e da AC Café (da marca Café do Centro). Mais recentemente, lançou um fundo com a pretensão de captar US\$ 300 milhões para a compra de terras destinadas ao plantio de grãos na "fronteira" formada por Tocantins, Maranhão, oeste da Bahia e noroeste do Estado de Mato Grosso. O Pitangueiras faz parte de uma seleta lista de cerca de 80 revendas que estão no radar das gestoras. São empresas consideradas "redondas" do ponto de vista geren-

cial e financeiro e com faturamento entre R\$ 200 milhões e R\$ 400 milhões. No total, há no país mais de 2 mil revendas. A maioria, no entanto, são pequenas e "incompráveis" [sic], na opinião de um gestor de fundos. "É um setor sempre complexo, mas há boas oportunidades sobre a mesa", disse. De acordo com uma fonte familiarizada com o grupo, o Pitangueiras também pode ter atraído a atenção da gestora por fazer "barter" — a troca de insumos por grãos entre o produtor e agroindústrias, onde estão boas margens da origem.